



## REFLEXÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PELO MUNDO E NO BRASIL

### *Reflections on Financial Education Around the World and in Brazil*

**Lucas Sell Romão**

Mestre em Administração

Universidade do Estado de Santa Catarina – Santa Catarina – Brasil

lucas\_sell@hotmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-1320-5404>

**Nério Amboni**

Doutor em Engenharia de Produção e Mestre em Administração

Universidade do Estado de Santa Catarina – Santa Catarina – Brasil

nerio.amboni@udesc.br

<http://orcid.org/0000-0003-2589-0137>

### **Resumo**

As discussões e ações sobre a educação financeira tem aumentado nos últimos anos. Ao educar financeiramente uma população pode-se promover o bem-estar financeiro ao longo da vida, além, de ajudar as pessoas na administração do seu dinheiro e no consumo consciente. Ensinar o tema ainda nas escolas é fundamental para formar cidadãos conscientes financeiramente e indiretamente incentivar novas práticas financeiras na família e na comunidade. Assim, a educação financeira ensinada nas escolas pode ser a chave para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente ao tomar decisões financeiras. Dessa maneira, o artigo tem por objetivo demonstrar pontos comuns e divergentes da educação financeira pelo mundo em relação a praticada no Brasil. Os dados e as informações foram coletados em relatórios oficiais, em sites governamentais, não governamentais e em pesquisas acadêmicas. Os resultados apontam que há uma tendência mundial em desenvolver a educação financeira como uma política pública nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, para promover uma educação financeira capaz de reeducar o comportamento dos indivíduos na busca de escolhas mais conscientes em relação ao uso do dinheiro. Conclui-se que: a) as diferentes maneiras experienciadas nos diversos países podem servir como referenciais e como fonte de reflexão na condução da educação financeira brasileira; b) a educação financeira pode melhorar o conhecimento financeiro e, acima de tudo, desenvolver o senso crítico e reflexivo dos indivíduos em relação as suas finanças na busca de um futuro sustentável.

**Palavras-Chave:** Educação Financeira; conscientização financeira; ensino da Educação Financeira nas escolas; temas transversais.

### **Abstract**

The discussions and actions regarding financial education have increased in the last few years. By financially educating a population, it is possible to promote financial well-being throughout life, in addition to helping individuals manage their money and conscious consumption. Teaching this topic in schools is essential to shape financially conscious citizens and indirectly encourage new financial practices within families and communities. Thus, financial education taught in schools can be the key to developing a more conscious society when making financial decisions. In this way, the article aims to demonstrate common and divergent points of financial education worldwide in relation to that practiced in Brazil. The data and information were collected from official reports, government and non-governmental websites, and academic research. The results indicate a global trend towards developing financial education as a public policy at different levels, stages, and forms of education to promote financial education capable of re-educating individuals' behavior regarding the use of their finances. It is concluded that: a) the various approaches experienced in different countries can serve as benchmarks and sources of reflection in guiding Brazilian financial education; b) financial education can enhance financial knowledge and, above all, foster critical and reflective thinking among individuals regarding their finances in pursuit of a sustainable future.

**Keywords:** Financial Education; financial awareness; teaching Financial Education in schools; transversal themes.

## **INTRODUÇÃO**

De acordo com a pesquisa global sobre educação financeira realizada pela S&P Global Financial Literacy Survey, dois em cada três adultos no mundo são analfabetos financeiros. A pesquisa buscou investigar o conhecimento que 150 mil adultos de mais de 140 países tinham sobre os quatro conceitos financeiros básicos: diversificação de risco, inflação, habilidade numérica e juros compostos. Estados Unidos, Canadá, Austrália e alguns países europeus foram os únicos que conseguiram alcançar as pontuações mais altas. Por outro lado, muitos países ainda apresentam níveis muito baixos de alfabetização financeira em sua população adulta (Toledo, 2020).

O grau de analfabetismo da população e o percentual de evasão escolar da população brasileira torna, ainda, mais desafiador a implementação da educação financeira. De acordo com o PISA, o Brasil apresenta baixa proficiência em leitura, matemática e ciências, quando comparado com os outros 78 países que participaram da avaliação. Também, 68,1% dos alunos brasileiros com 15 anos de idade não possuem nível básico de matemática, o mínimo exigido para o exercício pleno da cidadania (Toledo, 2020).

Com base nisso, o Protocolo Internacional da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), relacionado à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, incluiu em pelo menos 8 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), a educação financeira. O compromisso de implementação foi assumido pelo Brasil em 2015 e por mais 193 países (Toledo, 2020; Molter, 2022).

A educação financeira da população, segundo Toledo (2020) e Molter (2022) molda o comportamento e as escolhas de consumo dos indivíduos, desde que trabalhada na infância e na adolescência como forma de educar a população para uma vida adulta mais sustentável e segura. O desconhecimento do assunto pode gerar consequências, como os erros na realização de investimentos ou o temido endividamento, entre outros problemas. Em janeiro de 2024, o número de inadimplentes foi de 72,07 milhões de brasileiros (SERASA, 2024), revelando que a educação financeira deve fazer parte das políticas públicas no Brasil, como por exemplo, políticas educacionais, fiscais, econômicas, financeiras e de inclusão (Santos, 2023).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incluiu a educação financeira como um dos temas transversais que deve ser trabalhado em diferentes disciplinas ao longo dos anos escolares. A inserção da educação financeira na sala de aula é uma forma de prevenir problemas futuros com relação, por exemplo, à inadimplência. Para tanto, não é suficiente ter políticas públicas que incluam a temática no currículo das escolas. É necessário haver preparação ou contratação de professores capacitados na área, além de material didático de qualidade e de infraestrutura adequada (Brasil, 2018).

A educação financeira de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), não se dá apenas e exclusivamente pelo viés da educação formal nas escolas, antes, envolve o uso de uma ampla variedade de métodos, que vão desde a criação de materiais didáticos específicos de educação financeira, até sites interativos dedicados sobre questões financeiras para que os indivíduos possam fazer escolhas mais conscientes em prol de um futuro mais sustentável (OCDE, 2013a).

Nesta direção, o artigo tem por objetivo demonstrar pontos comuns e divergentes da educação financeira pelo mundo em relação a praticada no Brasil. O método utilizado

foi a leitura de relatórios oficiais e consulta a sites governamentais e pesquisas acadêmicas. Os resultados apontam que há uma tendência mundial em instituir a Educação Financeira como uma política pública nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a fim de promover uma alfabetização financeira capaz de reeducar o comportamento dos indivíduos frente ao uso de suas finanças.

Para uma melhor discussão, este artigo está estruturado em quatro partes. A primeira busca apresentar o assunto de forma geral; a segunda discute a educação financeira no contexto mundial e no Brasil; a terceira analisa os pontos convergentes e divergentes da educação financeira mundial e do Brasil; a quarta apresenta as considerações finais e, por fim, na quinta, as referências.

## **EDUCAÇÃO FINANCEIRA PELO MUNDO**

O tópico apresenta dados e informações acerca da situação da educação financeira pelo mundo e no Brasil.

### **EUROPA**

De acordo com England e Chatterjee (2005) e European Banking Federation (EBF), nos países do Reino Unido (Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte), o currículo de Educação é um assunto descentralizado e cada nação tem uma abordagem diferente para a inclusão da educação financeira no currículo. Na Inglaterra, o maior país do Reino Unido, a educação financeira não possui status de disciplina regular, estando ela incluída no currículo do ensino médio como parte de Cidadania e Matemática. Na Escócia a educação financeira está incluída no currículo geral de educação dos 3 aos 14 anos, principalmente em Matemática e Aritmética. A Irlanda do Norte inclui a educação financeira no currículo das escolas primárias e secundárias através de Matemática e Aritmética. Já o País de Gales incluiu a educação financeira no currículo das escolas primárias e secundárias como parte do Desenvolvimento Matemático e da Educação Pessoal e Social (EBF, 2020).

Na Alemanha não há estratégia nacional e a política de educação financeira é descentralizada. Nas escolas, a educação financeira é obrigatória em apenas 3 estados e é

voluntária na maioria das escolas secundárias do país, onde é ensinada como parte integrante de ciência política, direito ou estudos sociais. O nível de educação financeira em Baden-Württemberg, por exemplo, onde se tem uma disciplina obrigatória na escola difere significativamente do nível de educação financeira em Berlim onde não existe tal disciplina (EBF, 2020).

Na Albânia, o principal órgão responsável pela educação financeira é o Banco Central, no entanto, não existe uma estratégia nacional para a educação financeira no país. Em junho de 2019, oito organizações sem fins lucrativos e o Serviço Nacional da Juventude criaram a Rede Albanesa de Educação Financeira visando colaborar com o setor público. Nas escolas a educação financeira está integrada no currículo nacional nos níveis primário e secundário e é uma disciplina obrigatória na escola secundária (16-18 anos). O Ministério da Educação incluiu o ensino das finanças pessoais nas aulas de educação cívica (EBF, 2020).

Na Áustria, a Associação Austríaca de Banqueiros (Bankenverband), apoia projetos e iniciativas selecionadas para promover a educação econômica, financeira e jurídica de modo geral. Em agosto de 2020, o Ministério Federal das Finanças lançou uma ofensiva de educação financeira chamada “adequando a Áustria para o futuro financeiro” que busca desenvolver uma estratégia nacional. Nas escolas, a educação financeira é uma disciplina voluntária e geralmente integrada como parte do currículo por meio de outras disciplinas (EBF, 2020).

No Azerbaijão, a Associação Bancária do Azerbaijão (Azərbaycan Banklar Assosiasiyasi) é um dos principais organizadores de várias medidas de educação financeira implementadas. No país existe uma estratégia nacional de educação financeira. Apesar do Ministério da Educação ser responsável pela educação financeira, ela não é obrigatória nas escolas, pois não há espaço no currículo nacional (EBF, 2020).

Na Bélgica não existe uma estratégia nacional de educação financeira, uma vez que ela é uma competência regional. Como entidade federal, a Bélgica é composta por vários sistemas educacionais: Flanders, Bruxelas e Wallonia, e esses sistemas apresentam currículos diferentes. Nas escolas primárias, a educação financeira é ensinada de forma voluntária e introduzida em disciplinas existentes em todo o país. Já nas escolas secundárias, a educação financeira é obrigatória em Flanders, sendo responsabilidade do

sistema escolar decidir integrar a educação financeira em outra disciplina ou como um tópico separado (EBF, 2020).

Na República Checa existe uma estratégia nacional de educação financeira, sendo o país um dos primeiros a incluir a educação financeira como parte do currículo do sistema escolar público, desde 2010. O Ministério das Finanças em cooperação com o Ministério da Educação é responsável pela estratégia de educação financeira. Desde 2009, a educação financeira é uma disciplina obrigatória nas escolas secundárias checas e, desde 2013, para as escolas primárias.

Na Croácia, também existe uma estratégia nacional de educação financeira. A educação financeira é uma disciplina obrigatória nas escolas até os 18 anos, sendo integrada a muitas matérias, como matemática, história, educação cidadã ou aulas de informática (EBF, 2020).

Na Dinamarca não existe uma estratégia nacional para a educação financeira sendo o Ministério da Educação encarregado de desenvolvê-la. No país, a educação financeira é uma disciplina obrigatória nas escolas secundárias dos 13 aos 16 anos. Nota-se, também, que a maioria dos alunos do ensino médio tem um emprego de meio período e as habilidades de finanças pessoais são, portanto, diretamente aplicáveis aos seus rendimentos iniciais (EBF, 2020).

Na Espanha existe uma estratégia nacional de educação financeira, mas o tema não é obrigatório nas escolas. Devido ao baixo nível de alfabetização financeira no país, medidas inovadoras são bem-vindas para a educação financeira como parte da vida cotidiana. A educação financeira é uma disciplina voluntária na escola e muitas vezes integrada ao currículo por meio de aulas de matemática e economia (EBF, 2020).

Na Finlândia, o Banco da Finlândia é a entidade pública nacional responsável pela educação financeira desde 2020. O banco é o principal autor da proposta de estratégia nacional e autor do relatório nacional sobre a promoção da educação financeira. Mesmo com os esforços, a estratégia nacional de educação financeira, ainda não foi implementada. Nas escolas, o Ministério da Educação e a Agência Nacional Finlandesa para a Educação são os responsáveis pela educação financeira, que é obrigatória e integrada a outras disciplinas, como estudos sociais, economia doméstica e matemática. Currículos e materiais de estudo são oferecidos pelo estado para crianças desde a escola primária até os 18 anos de idade (EBF, 2020).

Na França existe uma estratégia nacional de educação financeira e o Banco da França é o operador designado pelo governo. Nas escolas francesas, a educação financeira é uma disciplina optativa para alunos do ensino básico e secundário até os 15 anos. As escolas ensinam educação financeira por meio de outras disciplinas, como Matemática, História, Ciências Sociais e Economia (EBF, 2020).

Na Grécia, o Ministério da Educação não definiu uma estratégia nacional sobre educação financeira e nenhum órgão público ou regulador financeiro assumiu a liderança. Assim, não existe no país uma estratégia nacional para a educação financeira. Nas escolas gregas, a educação financeira é integrada como subtema em várias aulas e os alunos aprendem sobre o tema por meio de outras disciplinas (EBF, 2020).

Na Hungria, o Ministério das Capacidades Humanas é responsável pela educação financeira e o Ministério das Finanças iniciou e coordena a estratégia nacional no país. A educação financeira é obrigatória apenas nas escolas secundárias técnicas, dando ênfase ao conhecimento financeiro para os jovens.

Na Islândia não existe uma estratégia nacional para a educação financeira. Administrada pelo Ministério da Educação, a educação financeira é uma disciplina obrigatória nas escolas secundárias dos 13 aos 15 anos e a maioria das escolas ensina por meio de outras disciplinas. Já na Irlanda, atualmente não existe uma estratégia nacional de educação financeira e o tema não é obrigatório na escola. (EBF, 2020).

Na Itália, o Banco Central foi uma das primeiras instituições a focar na educação financeira realizando diversas iniciativas. Em 2007, o Banco junto com o Ministério da Educação Universidade e Pesquisa assinaram o memorando de programa experimental para incorporar a educação financeira nos currículos escolares que combina as diferentes perspectivas e conhecimentos das duas instituições. O programa envolve todas as escolas do país de forma voluntária e os professores recebem treinamento de funcionários do banco para repassar em sala (Romagnoli; Trifilidis, 2013; OCDE, 2013a).

A educação financeira não pretende ser um assunto adicional e autônomo nas escolas italianas, pois deve fazer parte de várias disciplinas. O corpo de professores atual deve ser envolvido e treinado especificamente para atender o objetivo de fornecer aos alunos conhecimentos financeiros. O programa envolve todas as escolas do país e está voltado para os alunos dos dois últimos anos de cada nível escolar: 4ª e 5ª séries do ensino

fundamental, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do ensino médio e 12<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup> séries do ensino médio (Romagnoli; Trifilidis, 2013; EBF, 2020).

Em Luxemburgo existe uma estratégia nacional de educação financeira. O tema não é obrigatório nas escolas sendo oferecida apenas como uma disciplina voluntária nas escolas primárias através de outras disciplinas. The Luxembourg Financial Supervisory Authority é o órgão público nacional responsável pela educação financeira e para implementar a estratégia nacional de educação financeira. A estratégia recomenda incluir a educação financeira nos currículos escolares (EBF, 2020).

Na Holanda existe uma estratégia nacional de educação financeira, mas o tema ainda não é obrigatório nas escolas sendo apenas uma disciplina voluntária que inclui o ensino de finanças pessoais em diversas disciplinas como Economia, Matemática e Estudos Sociais. Uma proposta recente que inclui a educação financeira para o currículo escolar está atualmente em discussão no Parlamento holandês. Espera-se que as competências financeiras sejam obrigatórias nas novas metas de Matemática, Literacia Digital e Economia do ano letivo 2023-2024 (EBF, 2020).

Na Noruega não existe uma estratégia nacional para a educação financeira, no entanto, o país europeu é um dos mais avançados no assunto, onde o nível de confiança e cooperação entre todas as partes interessadas é exemplar. No ano letivo de 2020/2021, a educação financeira tornou-se uma disciplina obrigatória nas escolas primárias e secundárias (até aos 18 anos), sendo incluída nas aulas de Matemática e Ciências Sociais (EBF, 2020).

Na Polónia existe uma estratégia nacional de educação financeira e os bancos estão envolvidos na educação financeira através de programas conjuntos, criando seus próprios projetos ou financiando projetos implementados por outras entidades. No país a educação financeira é uma disciplina obrigatória nas escolas secundárias e ensinada na disciplina de “Fundamentos do Empreendedorismo” (EBF, 2020).

Em Portugal existe uma estratégia nacional de educação financeira e em nível nacional, o Ministério da Educação desempenha um papel ativo na educação financeira que é uma disciplina obrigatória na escola. O Plano Nacional de Educação Financeira é a estratégia nacional de educação financeira, impulsionada pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, envolvendo diferentes partes interessadas (EBF, 2020).

Na Sérvia não existe uma estratégia nacional para a educação financeira, mas nas escolas o tema é integrado a outras disciplinas do ensino fundamental. No entanto, há espaço para melhorias, pois a educação financeira ainda não é uma disciplina e as escolas secundárias não participam. Portanto, é necessária uma estratégia ou política nacional para apoiar outras atividades e coordenação entre várias instituições (EBF, 2020).

Na Suécia existe uma estratégia nacional de educação financeira e o tema é obrigatório nas escolas integrado a outras disciplinas. A Swedish Financial Supervisory Authority (Finansinspektionen) é o órgão público nacional responsável pela educação financeira, já o currículo escolar é decidido pela Agência Nacional Sueca para a Educação. A educação financeira é uma disciplina obrigatória na escola até os 18 anos e ensinada nas aulas de “artes domésticas” (Ciências Domésticas, Economia Doméstica), matemática e educação cívica (EBF, 2020).

Na Bulgária novos currículos foram aprovados para todas as disciplinas do ensino geral e entraram em vigor no ano letivo de 2016/2017 do 1º ao 12º ano. Lá a construção de conhecimentos, habilidades e competências financeiras faz parte de quatro disciplinas: Tecnologia e Empreendedorismo, Matemática, Geografia e Economia e Educação Cívica (OCDE, 2021).

Elementos de educação financeira também foram integrados no currículo nacional da Romênia, no ano letivo de 2020/2021, onde a educação financeira é uma disciplina obrigatória no oitavo ano. Ela é ensinada como um assunto autônomo por uma hora por semana e seu currículo abrange temas como consumidores, dinheiro e orçamento na família, relação entre consumidores e instituições financeiras, incluindo direitos e obrigações dos consumidores, elementos de educação econômica, empresarial e de cidadania econômica, elementos relacionados com risco, seguros e investimentos (OCDE, 2021).

Note-se que a educação financeira é uma competência dos Países Membros da União Europeia, no entanto, a Comissão Europeia não desenvolveu uma estratégia ou uma definição sobre educação financeira aplicável a todos. Em vez disso, a Comissão busca levar uma série de iniciativas para complementar as atividades, destinadas a capacitar os consumidores a fazer escolhas quando compram produtos e serviços financeiros (OCDE, 2013a).

## AMÉRICA DO NORTE

Nos Estados Unidos, a educação financeira tem uma história tão antiga quanto o próprio país. No entanto, no início o tema foi tratado de forma informal, já que não era ofertado pelas escolas. Ao longo do século 20, a educação financeira avançou e hoje é ensinada em escolas de ensino médio e faculdades de todo o país (Rose, 2022).

Os programas de Educação Financeira no país já acontecem desde a década de 80 do século 20. Em 1984 foi lançado o Fundo Nacional para a Educação Financeira (National Endowment for Financial Education/NEFE), um programa de planejamento financeiro para alunos da High School. Antes do programa, os alunos já contavam com a disciplina de Economia Doméstica que contava com informações sobre finanças pessoais (Mundy, 2008).

Quarenta e cinco estados americanos incluem a educação financeira em seus padrões curriculares do jardim de infância até o 12º ano. Nova Jersey, um dos cinquenta estados americanos tornou a educação financeira um requisito e, a partir de 2019/2020, a lei estadual está exigindo que a instrução de educação financeira faça parte do currículo

Já o Canadá, outro país da América do Norte, endossou os princípios de alto nível da OCDE sobre estratégias nacionais de educação financeira que incluem “garantir que a educação financeira seja incluída nos currículos escolares” (McGregor, 2018). A estratégia nacional de educação financeira do Canadá apoia a visão de que ela deve começar cedo, mas oferece pouca orientação sobre como integrar a educação financeira nas salas de aula do ensino fundamental, conforme Financial Consumer Agency of Canada (FCAC) (2015).

Em 2016 o governo federal lançou a Estratégia Nacional de Alfabetização Financeira que ainda está em análise. Os objetivos da estratégia são de capacitar os canadenses a administrar o dinheiro e a dívida com sabedoria e planejar e economizar para o futuro (Henderson; Beach, 2021). A Estratégia Nacional tem por objetivo ajudar os canadenses a adquirir o conhecimento, as habilidades e a confiança de que precisam para tomar boas decisões financeiras e melhorar seu bem-estar financeiro (Government of Canada, 2021).

## AMÉRICA LATINA

No México, a Estratégia Nacional de Educação Financeira foi lançada em setembro de 2017 e seu desenvolvimento está baseado na necessidade de complementar as iniciativas de inclusão financeira de âmbito nacional, a fim de aumentar a proporção da população com o acesso e uso de serviços financeiros (García et al., 2013; OCDE, 2019). No ano letivo de 2017/2018, a autonomia curricular foi aplicada no sistema educacional mexicano. Com isso, cada escola tem a possibilidade de decidir quais conteúdos irão ser ensinados aos alunos, como Ciências, Robótica, Educação Financeira ou Artes (OCDE, 2019).

Em El Salvador, o Programa de Educação Financeira foi lançado em 2008, e está voltado para atender diferentes segmentos da população e inicialmente está direcionado apenas para a população que tem acesso à mídia eletrônica e aos meios de comunicação em massa. Aos poucos, o programa será ampliado para abranger todos os segmentos da população (OCDE, 2013b; Vieira; Pessoa, 2020).

No Peru, o Plano Nacional de Educação Financeira foi lançado em junho de 2017, sendo criado como uma ferramenta de política pública para articular as diferentes iniciativas. Desde 2007, a Superintendence of Banks, Insurance and Private Pension Funds (SBS), implementou com sucesso um programa nacional de educação financeira voltado para alunos do ensino médio (García *et al.*, 2013; OCDE, 2019).

No Chile, o Conselho Consultivo de Inclusão Financeira, liderado pelo Ministério da Fazenda é responsável pela coordenação geral e construção da estratégia nacional de educação financeira. Em 2016-2017, o Conselho Consultivo priorizou a elaboração da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Chile. Nas escolas, a educação financeira foi introduzida no currículo da 7ª e 8ª séries em 2016 e incorporada nos livros didáticos da disciplina de Ciências Sociais (OCDE, 2019).

Na Colômbia existe uma estratégia nacional de educação financeira. O plano de desenvolvimento 2010/2014 estabeleceu que o Governo e o Banco Central da República implementarão juntamente com o setor privado, a Estratégia Nacional de Educação Econômica e Financeira coordenada entre os Ministérios da Educação e do Tesouro (Ministerio de Economía Argentina, 2022).

Na Argentina, uma estratégia foi aprovada em 2018 e busca promover a Educação Financeira no âmbito do Plano Nacional de Educação Financeira. Algumas províncias

argentinas já tomaram essa lei e aprovaram seus próprios regimes por entenderem que a esfera educacional nos níveis básico e intermediário é de competência de cada uma das províncias (Ministerio de Economía Argentina, 2022).

No Paraguai, a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) tem como objetivos a redução da vulnerabilidade financeira das famílias, a promoção e inclusão dos serviços financeiros e o auxílio ao desenvolvimento e crescimento econômico (Ibáñez, 2021). Em 2018 foi aprovada a lei que estabeleceu a educação financeira como disciplina curricular do ensino fundamental e médio. O órgão encarregado de promover essa lei foi o Ministério da Educação e Ciências (Ministerio de Economía Argentina,, 2022).

## **ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO**

O continente Africano apresenta taxas de matrícula escolar relativamente baixas, além de mercados de trabalho mal estruturados, alta pobreza e baixos níveis de inclusão e educação financeira. Neste contexto, é desejável melhorar o nível de competências financeiras dos segmentos mais vulneráveis da população africana. Projetos de educação financeira bem elaborados podem reduzir as barreiras e levar pessoas vulneráveis a terem acesso à autonomia econômica, permitindo-lhes gerir melhor seus recursos e desenvolver atividades criativas de renda (Messy; Monticone, 2012).

Em todo o continente, a África do Sul é um dos únicos países que apresenta recomendações para inclusão da educação financeira como parte de disciplinas específicas nas áreas de aprendizagem. A inclusão da educação financeira no país acontece na área de Ciências Econômicas e de Gestão dos 5 aos 15 anos e nas disciplinas de Contabilidade, Matemática, Alfabetização Matemática, Negócios e Economia para alunos de 16 a 18 anos (OCDE, 2014).

Em Gana, observa-se uma estratégia nacional de alfabetização financeira consolidada e o Ministério das Finanças e Planejamento Econômico passou a aprimorar os conteúdos de educação financeira dos currículos do ensino fundamental, médio e superior (Vieira; Pessoa, 2020).

Na Argélia não existe uma estratégia nacional de educação financeira e as escolas ainda não oferecem programas de educação financeira. No Egito, a primeira versão final

da estratégia de alfabetização financeira deveria ser concluída até março de 2016 e, ainda, não se observa a educação financeira nas escolas (Attia; Engelhardt, 2016).

O Líbano buscou desenvolver uma estratégia nacional de educação financeira até outubro de 2015, mas isso não aconteceu, pois, nenhuma instituição ficou encarregada de liderar a estratégia. A Tunísia também procurou desenvolver uma Estratégia Nacional de Inclusão Financeira e, no entanto, foi difícil encontrar um órgão no país disposto a assumir a responsabilidade de dirigir o esforço de colaboração dos atores públicos e privados (Attia; Engelhardt, 2016).

No Marrocos, a Fundação Marroquina para a Educação Financeira foi criada em janeiro de 2013 por iniciativa do banco central de Marrocos. Em 2014, o país lançou a estratégia nacional de educação financeira com revisão a cada três anos. Atividades extracurriculares de educação financeira são desenvolvidas para os jovens, como o portal de educação financeira para jovens e professores (Union of Arab Banks, 2017).

Na Jordânia, O Programa Nacional de Educação Financeira e Social foi lançado pelo Banco Central da Jordânia em maio de 2015, sendo financiado por bancos comerciais, instituições financeiras e instituições da sociedade civil. Nas escolas, um Programa de Educação Financeira foi apresentado em todo o país para alunos do 7º ao 12º ano como parte dos currículos (Union of Arab Banks, 2017).

## **ASIA E OCEANIA**

Na Ásia e na Oceania verificam-se regiões grandes e diferentes em termos de história, cultura, demografia e nível de desenvolvimento econômico, resultando em diferentes níveis de políticas de educação financeira. Vários países ensinam educação financeira nas escolas até certo ponto, sendo ela muitas vezes integrada no currículo nacional através de uma abordagem transcurricular (Messy; Monticone, 2016).

Na China uma estratégia nacional foi desenvolvida pelo Banco Popular da China. A educação financeira está inserida no currículo nacional chinês em disciplinas como Ética e Sociedade, Ideologia e Ética, História e Sociedade e Ideologia e Política ou História. A educação financeira inclui conhecimentos sobre o sistema econômico (socialista), orçamento e gestão de dinheiro, serviços financeiros básicos e riscos e

benefícios dos produtos financeiros (Gao, 2014; OCDE, 2014; Messy; Monticone, 2016; OCDE, 2019).

Na Índia, o Conselho de Estabilidade e Desenvolvimento Financeiro lançou a Estratégia Nacional para Educação Financeira em 2012 e desenvolveu materiais didáticos para uma variedade de grupos-alvo, incluindo alunos, mulheres e idosos. Estes são promovidos através das escolas (Yoshino; Morgan; Wignaraja, 2015)

No Japão, elementos de promoção da poupança estão presentes nas escolas desde a década de 1950 e, mais recentemente, a educação financeira foi integrada no currículo escolar. A Financial Services Agency (JFSA), e o Central Council for Financial Services Information (CCFSI), cuja Secretaria está localizada no Banco do Japão, são responsáveis pela educação financeira no país. No ano de 2005, a JFSA emitiu o relatório “Agenda for Finance and Economics Education” que delimitou várias iniciativas para execução imediata e constituiu a primeira estratégia nacional de educação financeira no Japão (Messy; Monticone, 2016; OCDE, 2019).

Na Indonésia, a educação financeira é um pilar da Estratégia Nacional para a Inclusão financeira. O programa de educação financeira do país é, particularmente, bem desenvolvido, pois inclui esforços cooperativos do Ministério das Finanças e do Banco da Indonésia. No país, a educação financeira está integrada nos currículos em todos os níveis de ensino (exceto na educação infantil) e ensinada em disciplinas como Economia e Ciências Sociais (Yoshino; Morgan; Wignaraja, 2015; OCDE, 2019).

A Coreia do Sul lançou o Plano de Ativação de Educação Financeira em setembro de 2013 e o currículo nacional revisado em 2009 enfatizou a importância à educação financeira. A temática foi introduzida em disciplinas como Economia e Estudos Sociais no ensino fundamental e ensino médio. Nos níveis secundário e superior, os elementos de educação financeira são oferecidos como parte de outros cursos, como Economia e Finanças Práticas e de forma opcional (OCDE, 2019).

Em Taiwan, uma abordagem estratégica de educação financeira foi desenvolvida desde 2006, por meio do Financial Literacy Program. A educação financeira foi introduzida no currículo escolar do país em 2011, sendo ensinada como parte da disciplina de Áreas Sociais presentes no ensino fundamental e médio (OCDE, 2019).

Em Cingapura, o programa nacional de educação financeira foi lançado em 2003, no entanto, a educação financeira já era ensinada desde a década de 1960, sendo o

Ministério da Educação o responsável pelo currículo nacional. O Ministério reconhece que a educação financeira deve começar desde cedo, fomentando o hábito de poupar valores de prudência nos alunos (OCDE, 2019).

Na Rússia, a Estratégia Nacional de Educação Financeira é coordenada pelo Ministério das Finanças da Federação Russa e pelo Banco da Rússia, sendo desenvolvida como parte do Projeto Nacional e aprovada pelo governo em setembro de 2017. Atualmente, a Rússia está trabalhando para introduzir a educação financeira em suas escolas (OCDE, 2019).

Na Austrália, a Australian Securities and Investments Commission (ASIC), teve desde 2008, a responsabilidade de coordenar a educação financeira e, desta forma, lançou a primeira Estratégia Nacional de Alfabetização Financeira do país em março de 2011 (OCDE, 2019). Cada um dos oito estados e territórios tem a responsabilidade constitucional pela oferta de educação escolar, currículo e avaliação dentro de sua própria estrutura curricular estadual. Até recentemente, a educação financeira não era vista como uma habilidade educacional central em todas as jurisdições por ser componente eletivo das escolas secundárias integrados às disciplinas escolares (OCDE, 2014).

A Nova Zelândia adotou uma Estratégia Nacional em junho de 2008, onde a educação financeira foi incluída no currículo nacional em 2007. O assunto é destacado como um tema que as escolas podem usar para programas de ensino e aprendizagem transcurriculares eficazes vinculadas a áreas de aprendizagem como Ciências Sociais, Matemática e Estatística, Inglês, Estudos de Negócios, Saúde e Tecnologia (OCDE, 2014; OCDE, 2019).

## **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL**

De acordo com Toledo (2020), no Brasil a educação financeira começou a ser desenvolvida a partir do ano de 2010 com a publicação de Decreto nº 7.397 que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). A ENEF reúne atores do mercado bancário, valores mobiliários, seguros, previdência educação e defesa do consumidor com a finalidade de convergir esforços para promover a educação financeira em todo o país.

Com a publicação do Decreto nº 10.393 em 9 de junho de 2020, uma nova Estratégia Nacional de Educação Financeira foi criada juntamente com a instituição do

Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). O Decreto estabelece em seu Art. 2º, as competências da FBEF:

Art. 2º O FBEF é colegiado de articulação, ao qual compete:

I - Implementar e estabelecer os princípios da ENEF;

II - Divulgar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal propostas por seus membros, por outros órgãos e entidades públicas ou por instituições privadas;

III - Compartilhar as informações sobre as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal produzidas pelos órgãos e entidades representados, para identificar as oportunidades de articulação; e

IV - Promover a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal (Brasil, 2020, p. 2)

Segundo Forte (2020), é importante confiar na importância da educação financeira para solidez do mercado e da qualidade de vida do brasileiro. Para tanto, algumas instituições do mercado financeiro instituíram em 2012 a AEF-Brasil, visando elevar o tema a um patamar de causas mais relevantes no país. A educação financeira precisa chegar a todos os brasileiros para gerar oportunidades igualitárias na tomada de decisão financeira, fortalecendo também a cidadania.

A educação financeira foi incluída em 2017 na BNCC, quando definiu os conhecimentos basilares dos alunos da educação básica, tornando-a obrigatória durante a elaboração e implementação dos currículos das redes públicas e privadas em todo o país. A homologação da BNCC com a inclusão da temática de educação financeira foi possível graças ao apoio do CONEF e de outras entidades ligadas ao setor, como a AEF-Brasil (Toledo, 2020).

Com a homologação da BNCC em 2018, a educação financeira passou a ser considerada como tema transversal, dialogando com os diversos conteúdos e competências especificadas para o ensino fundamental e ensino médio (Forte, 2020). Na prática, segundo Toledo (2020), o tema deve fazer parte de uma relação de assuntos incorporados às propostas pedagógicas, podendo integrar inúmeras áreas e possibilitar o desenvolvimento de trabalho interdisciplinar com diferentes áreas do conhecimento. Para Godoy (2020) devem ser considerados, ainda, os assuntos do cotidiano da sociedade, não disciplinares, podendo articular saberes de interesse local e global, oportunizando ao professor sair da docência tradicional, disciplinar e fechada nos componentes curriculares para uma na qua ele possa fornecer uma visão mais integrada do conhecimento.

Vieira e Pessoa (2020), defendem que mesmo sendo muito importantes os conceitos matemáticos para aplicar e analisar as questões financeiras, a educação financeira não deve se limitar apenas a essa área do conhecimento. A BNCC afirma que a educação financeira pode ser favorecida com o estudo interdisciplinar, envolvendo diferentes dimensões.

## **A EDUCAÇÃO FINANCEIRA PELO MUNDO E NO BRASIL: PONTOS CONVERGENTES E DIVERGENTES**

A educação financeira pelo mundo e pelo Brasil, como visto anteriormente, apresenta pontos convergentes e divergentes. Dos vinte e quatro países pesquisados que fazem parte do continente europeu, doze possuem estratégias nacionais de educação financeira (Reino Unido, República Checa, Croácia, Espanha, França, Hungria, Azerbaijão, Luxemburgo, Holanda, Polónia, Portugal e Suécia). Em apenas um dos países pesquisados (Azerbaijão), a educação financeira não é abordada de alguma forma nas escolas por falta de espaço no currículo.

Os dois países pesquisados na América do Norte (Canadá e Estados Unidos), possuem estratégias nacionais de educação financeira, no entanto, seus estados têm autonomia na escolha dos temas ensinados em sala de aula e em virtude disso alguns contam com atividades de educação financeira nas escolas e outros não. Na América Latina, dos oito países pesquisados (México, El Salvador, Peru, Chile, Colômbia, Argentina, Paraguai e Brasil), todos apresentam estratégias nacionais de educação financeira, situação bem diferente quando comparada a presença do tema nas escolas, pois nem todos abordam o assunto.

Na África e no Oriente Médio, dos oito países pesquisados, metade não possui estratégia nacional de educação financeira (Argélia, Egito, Líbano e Tunísia). Nas escolas o tema é observado em três países (África do Sul, Marrocos e Jordania), e sendo aprimorado em um (Gana). Os quatro países que não apresentam estratégias nacionais de educação financeira (Argélia, Egito, Líbano, Tunísia), também não contam com atividades que abordem o tema em suas escolas. Dos dez países pesquisados na Ásia e Oceania todos possuem estratégias nacionais de educação financeira. Em apenas um dos

países pesquisados (Rússia), a educação financeira não é abordada de alguma forma nas escolas.

A educação financeira é tratada nas escolas como: a) integrada ao currículo; b) integrada em outra disciplina; c) como voluntária; d) como disciplina obrigatória e; e) como tema transversal (Quadro 01).

**Quadro 01** - Síntese da educação financeira escolar pelo mundo

Educação financeira	Países	Comentários
Integrada ao currículo	Reino Unido, Albânia, Áustria, Estados Unidos, Peru, Paraguai, Jordania, China, Indonésia, Taiwan, Cingapura.	A educação financeira quando integrada ao currículo demonstra que o país tem um plano formal voltado para o desenvolvimento da educação financeira nas escolas.
Integrada em outra disciplina	Grécia, Itália, Sérvia, Chile, África do Sul, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia.	A educação financeira quando integrada em outra(s) disciplinas ou disciplinas não é obrigatória, ficando a critério de cada professor em desenvolver o tema em sua disciplina e/ou em conjunto com outros professores de outras disciplinas.
Como voluntária	Bélgica, Espanha, Luxemburgo, Holanda.	A educação financeira quando voluntária não é obrigatória, pois é opcional tanto para os professores como para os alunos.
Como disciplina obrigatória	Alemanha, Bélgica, República Checa, Croácia, Dinamarca, Finlândia, Hungria, Islândia, Noruega, Polónia, Portugal, Suécia.	A educação financeira como disciplina obrigatória é ensinada por um professor como sendo uma única disciplina, dificultando a interdisciplinaridade.
Como tema transversal	Brasil, Japão.	A educação financeira como tema transversal não é exclusiva de um único componente curricular, pois transcorre de forma transversal e integradora em diferentes disciplinas do currículo do curso.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

De acordo com a OCDE (2005), a educação financeira deveria ser obrigatória para as crianças ainda nas escolas, pois faz parte das noções básicas de desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igual garantindo um melhor desenvolvimento dos países. O impacto que esse ensino pode trazer é considerável a curto e longo prazo, visto que, o

conhecimento adquirido é para a vida toda do aluno, o que pode proporcionar mudanças significativas na vida privada destes e, por consequência, na sociedade.

Modernell (2014), acredita que devido a sua importância na vida das pessoas a educação financeira deveria ser um tema observado pelas escolas, pelas famílias e pela sociedade ainda na infância de forma lúdica, antes mesmo do aluno iniciar no ensino fundamental indiferente de sua classe social, visto que ela orienta e esclarece posturas, valores e atitudes no planejamento quanto ao uso de recursos financeiros pessoais. Na visão de Cerbasi (2015), o ensino de educação financeira para crianças e adolescentes representa um caminho inverso, ou seja, os alunos podem levar todo o aprendizado e reflexões realizadas em sala para dentro do ambiente familiar, favorecendo, dessa forma, a elaboração do orçamento familiar e a educação de seus familiares. No entendimento de Godfrey e Edwards (2007), aos poucos a sociedade está percebendo que a educação financeira nas escolas é importante, pois as crianças de hoje podem não ter o conhecimento suficiente para a resolução de problemas cotidianos e complexos.

No Brasil, Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), como são conhecidos estão na BNCC, permitindo que os alunos adquiram a compreensão de diversos assuntos, pois esses temas não são exclusivos de um único componente curricular transcorrendo de forma transversal e integradora (Brasil, 2019).

Os TCTs buscam garantir aos alunos o acesso a assuntos que permitem a formação para o trabalho, cidadania e democracia como os cuidados com a saúde, uso de novas tecnologias, administrar o seu dinheiro, respeito às diferenças, e os direitos e deveres como cidadão contribuindo assim com a formação integral respeitando as características culturais, econômicas e do grupo escolar. Ao contextualizar a aprendizagem da sala de aula com temas contemporâneos busca-se aumentar o interesse, o despertar, e a relevância dos alunos no desenvolvimento cidadão (Brasil, 2019). Os TCTs são capazes de ligar diferentes áreas do currículo além de conectar situações vivenciadas pelos alunos no seu dia a dia. Os temas podem ser trabalhados em uma ou mais disciplinas de maneira disciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar observando sempre a transversalidade nas áreas do conhecimento (Brasil, 2018).

O objetivo é desenvolver estratégias e conteúdos em todos os níveis cruzando as abordagens com a organização do trabalho pedagógico através dos currículos, dos projetos pedagógicos e dos planos de aula. Compete as redes de ensino e as escolas dentro

de sua autonomia e competência incorporar nos currículos e propostas pedagógicas as abordagens de temas contemporâneos que influenciam a vida dos alunos em escala local, regional e global sendo elas desenvolvidas preferencialmente de forma transversal e integradora (Brasil, 2018).

O Brasil, assim, ao utilizar os temas transversais como alternativa para desenvolver a educação financeira nas escolas se diferencia de quase todos os países pesquisados, exceto o Japão (Quadro 1). Por ser um país continental e apresentar uma extensa diversidade cultural e social, os sistemas de ensino devem construir currículos que considerem as necessidades, possibilidades e interesses dos alunos, além de observar as questões linguísticas, étnicas e culturais (Brasil, 2018).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo demonstra como diferentes países organizam suas estratégias nacionais de educação financeira e como o tema é abordado nas escolas. Observa-se, a partir dos resultados apresentados que a educação financeira é uma tendência mundial, sendo possível perceber que há em cada país, diversas formas de desenvolver e abordar o tema, pois os sistemas educacionais são diferentes. Dessa forma, os métodos de desenvolvimento da educação financeira podem funcionar em alguns países, mas em outros não. No entanto, muitos países parecem reconhecer a importância no desenvolvimento da educação financeira.

Como pesquisadores, percebe-se a educação financeira como uma temática capaz de desenvolver nas pessoas um senso crítico e reflexivo sobre questões que envolvam dinheiro. Nesse contexto, a educação financeira pode ser uma aliada na formação de indivíduos com discernimento sobre tudo que o cerca. A educação financeira pode ser uma solução para problemas sociais e financeiros. Dessa forma, a pressão sobre os educadores para integrar a educação financeira nas escolas tem mais probabilidade de aumentar do que diminuir.

As diferentes maneiras da condução da educação financeira experienciadas nos diversos países podem servir como referenciais e como fonte de reflexão na formulação e na execução de políticas públicas (por exemplo: educacionais, sociais, econômicas), já que a educação financeira pode melhorar o conhecimento financeiro e, principalmente, o

planejamento de longo prazo, como a aposentadoria e o comportamento de investimento financeiro. Também, a educação financeira é desenvolvida de diferentes maneiras e contextos, acaba gerando diferentes informações, criando uma oportunidade de pesquisa, onde uma abordagem pode servir como meio para que as partes interessadas aprendam mais sobre práticas promissoras.

Na última década, os governos aumentaram seus esforços para melhorar os níveis de educação financeira. Diversas estratégias enfatizam a importância do sistema de educação formal para melhorar a educação financeira. Assim, pesquisas longitudinais se fazem necessárias para investigar os efeitos de longo prazo de programas de educação financeira, visto que, a educação financeira é relevante para todos, sendo necessário educar financeiramente, aqueles que tem grandes somas de dinheiro para investir e aqueles que vivem com orçamentos apertados e têm pouca margem de erro caso cometam erros financeiros.

## REFERÊNCIAS

ATTIA, H.; ENGELHARDT, H. **Financial education initiatives in the Arab Region: a stocktaking report**. Arab Monetary Fund (AMF) and the Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), 2016. Disponível em: <https://www.amf.org.ae/sites/default/files/publications/2022-01/a-report-on-financial-education-experiences-in-the-arab-countries.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.393**, de 9 de junho de 2020. Nova estratégia nacional de educação financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm). Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC: propostas de práticas de implementação**. Brasília, 2019. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf). Acesso em 21 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_sit\\_e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_sit_e.pdf). Acesso em: 2 mar. 2023.

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

EUROPEAN BANKING FEDERATION (EBF). **Financial literacy playbook for Europe**. 2020. Disponível em: <https://www.ebf.eu/wp-content/uploads/2020/11/EBF-Financial-Literacy-Playbook-for-Europe.pdf>. Acesso em: 24 maio 2022.

ENGLAND, J.; CHATTERJEE, P. **Financial education**: a review of existing provision in the UK. UK: Department for Work and Pensions, 2005.

EPPERSON, S. **Teaching financial education in schools finally catches on**. 2020. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2020/02/04/teaching-financial-education-in-schools-finally-catches-on.html>. Acesso em: 11 fev. 2023.

FINANCIAL CONSUMER AGENCY OF CANADA (FCAC). **National strategy for financial literacy** – Count me in, Canada. 2015 Disponível em: <https://www.canada.ca/en/financial-consumer-agency/programs/financial-literacy/financial-literacy-strategy.html> Acesso em: 25 fev. 2023.

FINANSINSPEKTIONEN. **Education**. 2019. Disponível em: <https://www.fi.se/en/consumer-protection/education/>. Acesso em: 24 fev. 2023.

FORTE, C. O papel da AEF-Brasil na execução da estratégia nacional. In: FORTE, C. **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF)**: em busca de um Brasil melhor. São Paulo: Riemma, 2020. p. 30-59.

GAO, Z. China: best practices of financial and economic education: journey so far and way forward. In: **APEC - Guidebook on Financial and Economic Literacy in Basic Education**, 2014. Disponível em: [http://publications.apec.org/publication-detail.php?pub\\_id=1592](http://publications.apec.org/publication-detail.php?pub_id=1592) Acesso em: 7 jun. 2022.

GARCÍA, N. B.; GRIFONI, A.; LOPES, J. C.; MEJÍA, D. Financial education in Latin America and the Caribbean: rationale, overview and way forward. **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, n. 33, OECD Publishing, Paris. 2013.

GODFREY, N. S.; EDWARDS, C. **Dinheiro não dá em árvore**: um guia para os pais criarem filhos financeiramente responsáveis. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.

GOVERNMENT OF CANADA. **Archived** – national strategy for financial literacy — count me in, Canada. 2021. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/financial-consumer-agency/programs/financial-literacy/financial-literacy-strategy.html>. Acesso em: 25 maio 2022.

HENDERSON, G.; BEACH, P. **Especialmente depois COVID-19, canadenses precisam de melhor alfabetização financeira e os professores podem ajudar**. 2021. Disponível em: <https://theconversation.com/especialmente-depois-covid-19-canadenses-precisam-de-better-financial-literacy-and-teachers-can-help-152933>. Acesso em: 25 maio 2022.

McGREGOR, S. L. T. Status of consumer education and financial education in Canada. **Canadian Journal of Education**, v. 41, n. 2, p. 601–632, 2018. Disponível em: <https://journals.sfu.ca/cje/index.php/cje-rce/article/view/3294>. Acesso em: 10 maio 2022.

MESSY, F.; MONTICONE, C. Financial education policies in Asia and the Pacific. **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, n. 40, OECD Publishing, Paris, 2016.

MESSY, F.; MONTICONE, C. The status of financial education in Africa. **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, n. 25, OECD, Publishing, Paris, 2012.

MINISTERIO DE ECONOMÍA ARGENTINA. **Plan nacional de educación financeira.** 2022. Disponível em: [https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/pnef\\_2022.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/pnef_2022.pdf). Acesso em: 1 jun. 2022.

MODERNELL, A. **Mitos sobre educação financeira infantil.** 2014. Disponível em: <https://www.empregoerenda.com.br/artigos/2385-mitos-sobre-educacao-financeira-infantil>. Acesso em: 19 jan. 2023.

MOLTER, L. A educação financeira como impulso para o desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Conselho Federal de Contabilidade, ano 257, 2022. Disponível em: [https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2022/10/RBC257\\_set\\_out\\_ESP\\_web.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2022/10/RBC257_set_out_ESP_web.pdf). Acesso em: 20 jan. 2022.

MUNDY, S. Financial education programmes in school: analysis of selected current programmes and literature draft recommendations for best practices. **OCDE Journal General Papers**, v. 3, 2008. Disponível em: [https://doi.org/10.1787/gen\\_papers-v2008-art18-en](https://doi.org/10.1787/gen_papers-v2008-art18-en). Acesso em: 10 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Youth financial education in South East Europe.** 2021. Disponível em: [www.oecd.org/finance/financial-education/youth-financial-education-in-south-east-europe.htm](http://www.oecd.org/finance/financial-education/youth-financial-education-in-south-east-europe.htm) Acesso em: maio 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD/INFE Report on financial education in APEC economies: policy and practice in a digital world.** 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/2019-financial-education-in-apec-economies.pdf> Acesso em: maio 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Financial education for youth: the role of schools.** OECD Publishing, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264174825-en>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Advancing national strategies for financial education: a joint publication by Russia's G20 presidency and the OECD.** São Petersburgo: 2013a. Disponível em: [https://www.oecd.org/finance/financial-education/G20\\_OECD\\_NSFinancialEducation.pdf](https://www.oecd.org/finance/financial-education/G20_OECD_NSFinancialEducation.pdf). Acesso em: 24 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **La educación financiera en América Latina y el Caribe situación actual y perspectivas.** OECD: França. 2013b.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recomendação do conselho da organização para a cooperação e desenvolvimento económico.** 2005. Disponível em: [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf). Acesso em: 22 dez. 2022.

ROMAGNOLI, A.; TRIFILIDIS, M. Does financial education at school work? Evidence from Italy. **Bank of Italy Occasional Paper**, n. 155, p.1-26, 2013. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2260330> Acesso em: 19 mar. 2022.

ROSE, S. **The history of financial literacy**. 2022. Disponível em: <https://www.opploans.com/oppu/articles/history-of-financial-literacy/>. Acesso em: 11 maio 2022.

SANTOS, R. Os desafios da educação financeira como política pública. 2023. Disponível em: <https://www.impacto.blog.br/colunas/os-desafios-da-educacao-financeira-como-politica-publica/>. Acesso em: 07 abr. 2024.

SERASA. **Mapa da inadimplência e negociação de dívidas no Brasil** - o levantamento mensal da Serasa sobre a relação dos brasileiros com as dívidas. 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

TOLEDO, A. Educação financeira: por que precisamos dela? In: FORTE, C. **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF)**: em busca de um Brasil melhor. São Paulo: Riemma, 2020. p. 16-29.

UNION OF ARAB BANKS. **Financial literacy in the Arab region**: a prerequisite for financial inclusion. 2017. Disponível em: <https://uabonline.org/wp-content/uploads/2020/06/English-Financial-Literacy-Study.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2022.

VIEIRA, G.; PESSOA, C. Educação financeira pelo mundo: como se organizam as estratégias nacionais? **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 658-688, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/47580>. Acesso em: 20 jun. 2022.

YOSHINO, N.; P. MORGAN; G. WIGNARAJA. Financial education in Asia: assessment and recommendations. **ADB Working Paper 534**. Tokyo: Asian Development Bank Institute, 2015. Disponível em: <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/161053/adbi-wp534.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2022.

*Submetido em 24/01/2024.*

*Aprovado em 16/04/2024.*